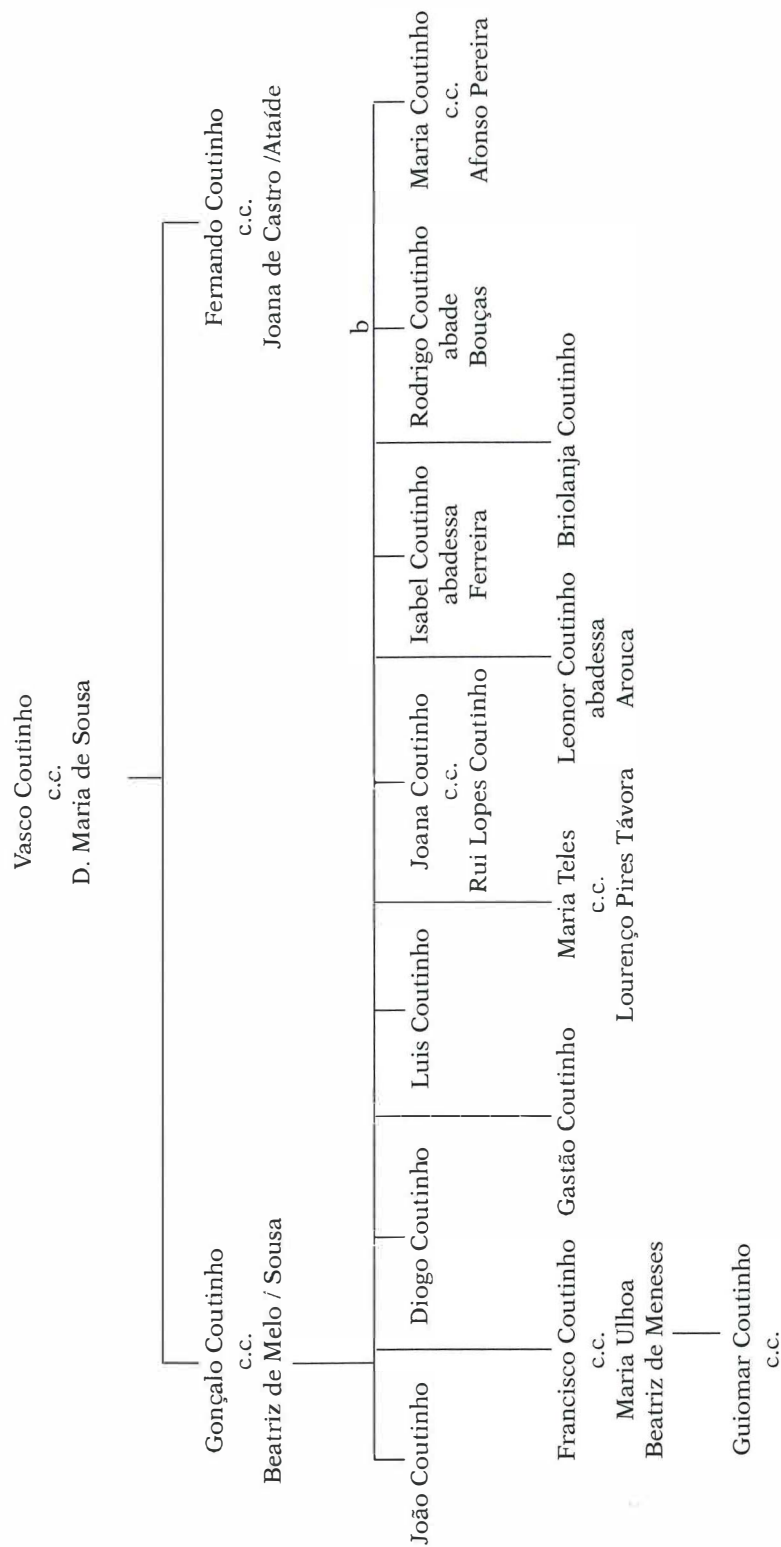


**Os Coutinhos:
O ramo principal na 2.^a metade do século XV**



**D. JOÃO DE VASCONCELOS,
CONDE DE PENELA.
UM TITULAR ALHEADO DA EXPANSÃO
MILITAR GUERREIRA**

CÉLIA SANTANA

Origem da família e posse da vila de Penela

A família Vasconcelos apareceu no território nacional vinda de Espanha no século XIII e rapidamente ganhou um relevo notável, conseguindo evidenciar-se na corte régia e na posse de terras senhoriais ¹. Os numerosos bens e funções que desempenharam foram exemplo disso. Não se sabe se a doação da jurisdição de Penela, situada na Beira, foi feita antes do século XIV. A informação que nos aparece é a de que esta vila foi dada pelo rei D. Fernando como reconhecimento e mérito à família Vasconcelos, mais precisamente a D. Gonçalo Mendes de Vasconcelos ². Este foi um importante nobre do reinado de D. Fernando, a quem o monarca fez doação da alcaidaria-mor de Coimbra a 28 Abril de 1378 e tornou senhor das terras de Cantanhede e da vila de Alvarenga ³. Também na chancelaria de D. Duarte é referida a doação ao mesmo senhor da terra de Soalhães ⁴. Anos depois, já no reinado de D. Afonso V, em virtude da não existência de um descendente varão de D. João Mendes de Vasconcelos, filho de D. Gonçalo Mendes de Vasconcelos e pai de D. Teresa, todos os seus bens, direitos e rendas foram concedidos através de uma doação feita em Santarém, a 15 de Dezembro de 1440, pelo monarca, a D. Pedro de Castro, genro de D. João Mendes de Vasconcelos ⁵.

¹ «Em meados e finais do século XIV, entravam no grupo dos ricos-homens as linhagens (...) Vasconcelos (...)». Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV-XV*, vol. IV, Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 244.

² Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 2, fl. 30.

³ Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XIII - 3.^a parte, Coimbra, Atlanta Editora, 1953, p. 2.

⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, vol. I, doc. 273, p. 122.

⁵ D. Afonso V doou a D. Pedro de Castro todos os bens que ficaram por morte de João Mendes de Vasconcelos, concedendo-lhe todos os seus direitos e rendas. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 10, doc. n.º 6.

Talvez se possa encarar esta doação noutra vertente, pois este D. João Mendes de Vasconcelos, senhor dos concelhos de Aregos e Soalhães, possuidor das rendas de Évora-Monte e das alcaldarias-mores de Miranda e Estremoz⁶, na crise de 1383/1385 esteve ao lado de D. Leonor Teles. O poeta Luís Vaz de Camões diz mesmo na descrição da Batalha de Aljubarrota, na obra *Os Lusíadas*, que este nobre batalhou contra irmãos, parentes e contra a sua pátria: «Eis ali seus irmãos contra ele vão / (Caso feio e cruel!), mas não me espanta, / Que menos é querer matar o irmão / Quem contra o rei e a Pátria se alevanta. / Destes arrenegados muitos são / No primeiro esquadrão, que se adianta / Contra irmãos e parentes (caso estranho!), / Quais nas guerras civis de Júlio e Magno»⁷.

Origem do título de Conde de Penela

O 1.º conde de Penela, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, procedia de D. Fernando de Vasconcelos, senhor das terras que teve de sua mãe, D. Maria de Vasconcelos, filha de D. João Mendes de Vasconcelos. D. Fernando, pai do 1.º conde, foi senhor do morgado de Soalhães, uma atribuição de D. Duarte «(...) com seu termo com suas entradas e saídas e djreitos e perteenças assy e pella guisa que a nos de djreito pertence e auja o dicto Johane mendez com todas suas Jurdições crimes e cíuees mero e mjsto Inperio Reseruando pera nos a correijom e alçada (...)»⁸. D. Fernando seguiu os ideais de seu pai, D. Afonso, e ambos se insurgiram a favor da rainha D. Leonor e contra o partido do Infante D. Pedro, regente na altura. O incidente, descrito no capítulo XLI da *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, fez com que D. Maria de Vasconcelos, avó do primeiro conde, mãe de D. Fernando e esposa de D. Afonso, tentasse mediar os dois lados em conflito, pois a determinada altura pai e filho ficaram cercados no castelo de Lisboa pelas forças fiéis ao regente⁹. D. Fernando foi desterrado e morreu no exílio em 1441.

D. Fernando era filho de D. Afonso, conhecido como «senhor de Cascais», honra que recebeu por descender do amor do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro e por ser filho do Infante D. João. Foi também senhor da Lourinhã, terra que recebeu de D. João I e que depois lhe foi confirmada por D. Duarte¹⁰, senhor de São Mateus de Lisboa¹¹ e foi alcaide-mor da mesma

⁶ Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII – 1.ª parte, Coimbra, Atlanta Editora, 1953, p. 6.

⁷ Cf. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, IV, 32.

⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, vol. I, doc. 273, p. 123.

⁹ Cf. *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. XLI, pp. 630-632.

¹⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, vol. II, doc. 1023, p. 283.

¹¹ Cf. Academia Portuguesa da História, *Livro de Linhagens do Século XVI*, Academia Portuguesa da História, 1956, p. 240.

cidade¹². A mãe do primeiro conde foi D. Isabel Coutinho, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Vila Real, 1.º capitão de Ceuta e 2.º conde de Viana do Alentejo, e de D. Beatriz Coutinho. D. Fernando de Vasconcelos, pai do 1.º conde de Penela, era sobrinho-neto de D. João I e primo, como sobrinho, de D. Duarte. Neste seguimento, D. Afonso V cita o 1.º conde de Penela como sobrinho e o 2.º conde surge na documentação da época como primo de D. João II, de D. Manuel I e de D. João III.

Percursos

1.º Conde de Penela, um nobre guerreiro

O 1.º conde de Penela, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, nasceu em 1441 e recebeu de D. Afonso V, somente com nove anos de idade, a 23 de Outubro de 1450, a confirmação da doação da terra de Soalhães¹³. Foi-lhe doada uma tença anual de 55.000 reais brancos, os quais juntamente com uma outra doação feita pelo monarca perfaziam 200.000 reais brancos¹⁴ e foram-lhe ratificadas as funções que desempenhava, ou seja, governador da justiça na comarca e correição da Estremadura, em virtude de dúvidas levantadas pelo Bispo de Coimbra, D. João Galvão¹⁵. Serviu em África como fronteiro do conde D. Duarte de Meneses, seu tio que «(...) dera certas guardas a alguns fidalgos na barreyra e como depois tyrara dellas. (...) ordenou nouamente o que segundo entendeo que compria a defensom do lugar das quaaes contamos por primeyra a que foy dada ao nobre Senhor dom Affonso de vasconcelos por rezom da pessoa por que assy em grandeza de linhagem como em bondade de costumes nom partyo deste regno pera aquelle cerco nenhuum mjllhor que elle»¹⁶. Participou activamente nos combates contra os mouros e em 1459 acompanhou D. Duarte de Meneses numa entrada até às imediações de Arzila¹⁷. Não foi encontrada qualquer informação que nos indicasse a participação deste nobre na tomada de Alcácer Ceguer em 1458. No entanto, no rescaldado desta conquista, D. Afonso V criou «(...) em 1459-60 a Ordem da Espada (origem da futura Torre e Espada) (...)» como forma de reconhecimento dos méritos dos seus nobres no Norte de África, e D. Afonso foi um dos recompensados¹⁸. Em Abril de 1461, D. Fernando, Marquês de Vila Viçosa, foi a Alcácer e até às portas da cidade de Tânger «(...) com

¹² Cf. *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. XLI, p. 630.

¹³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 77v-78, doc. n.º 2.

¹⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 17v, doc. n.º 4 (sem data).

¹⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 11, doc. n.º 1 (sem data).

¹⁶ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Ed. Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1978, cap. LXXVI, p. 205.

¹⁷ Cf. *Ibid.*, pp. 234 e 247.

¹⁸ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV-XV*, vol. IV, Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 261.

duzentos de cavallo, e myl de pée, em que entraram muytos Fydalgos e outra nobre jente da corte»¹⁹, e entre os quais se contava D. Afonso de Vasconcelos. Em 1463, estava de novo em Marrocos acompanhando o rei no assalto frustrado a Tânger. Armou um navio à sua custa, que devido a uma grande tormenta se perdeu «(...) cuja fazenda, e muytos nobres homens se allagou, e as pessoas por millagre se salvaram (...)»²⁰. Depois, no início do ano seguinte, D. Afonso V comandou a sua hoste à serra de Benacofú, tendo levado «(...) capitães e pessoas principaaes, o Duque de Bragança, o Conde de Guymaraaes, e Dom Afonso que despois foy Conde de Faaram seus fylhos, e o conde de Villa Real, D. Afonso de Vasconcellos, que foi despois Conde de Penella (...) e outros muytos Fydalgos e Cavalleiros (...)»²¹. Em 5 de Dezembro de 1465, D. Afonso V doou a D. Afonso de Vasconcelos «(...) com todas as honras e preeminências que são e devem ser outorgadas aos condes que de sangue rial como êle descendem»²² certos direitos na vila de Penela que tinham pertencido ao Conde de Atouguia, e que este havia renunciado sob determinadas condições²³. Três anos depois foi privilegiado pelo rei, que lhe coutou, em 10 de Abril, uma herdade situada no termo da vila de Elvas, a seu pedido²⁴. Em 1471 participou na conquista de Arzila, bem como na ocupação de Tânger, e foi nesse mesmo ano que se tornou 1.º conde de Penela²⁵ «(...) o qual per sua nobre linhagem e syngulares serviços, e grandes merecimentos aquella e outra mayor dinidade, tinha já a ElRey e o Reyno bem merecida»²⁶. O título foi-lhe concedido a 24 de Outubro de 1471, e para lá da sua condição de parente próximo da casa real²⁷, fora forjado claramente nas conquistas marroquinas. Quando o rei decidiu avançar com o seu exército em 1475 até Castela, deixando o príncipe D. João a liderar os destinos do reino, o 1.º conde, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, encontrava-se posicionado nas «(...) allas da batalha d'ElRey (...)»²⁸, combatendo igualmente, no ano seguinte, na Batalha de Toro.

D. Afonso de Vasconcelos e Meneses alcançou ainda outros privilégios da Coroa. Assim, em 29 de Março de 1475, foi-lhe concedida uma licença

¹⁹ Cf. *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CXLV, p. 794.

²⁰ Cf. *Ibid.*, cap. CXLVIII, p. 798 e António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII – 1.ª parte, Coimbra, Atlanta Editora, 1953, p. 11.

²¹ Cf. *Ibid.*, cap. CLVI, p. 811 e Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. CLIV, p. 350.

²² Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, s.l., Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 359.

²³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 9v, doc. n.º 1.

²⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 5-5v, doc. n.º 6.

²⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, Místicos, fl. 4.

²⁶ Cf. *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CLXIX, p. 826.

²⁷ «Esguardando nós o grande devido que comnosco ha Dom Affonso de Vasconcelos, nosso bem amado sobrinho, e de grandes merecimentos, e serviços». Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, Místicos, fl. 4.

²⁸ Cf. *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CLXXVII, p. 832.

para vender, das casas foreiras que possuía na judiaria da cidade de Lisboa, uma capela que D. Leonor de Meneses, sua tia, pedira para ser administrada²⁹. Ainda no mesmo ano, a 21 de Agosto, em Estremoz, o rei confirmou a D. Afonso o cargo de governador da justiça régia da Estremadura, visto que nas cortes de 1463 tinha aprovado a demissão de todos os governadores³⁰. Em 5 de Novembro de 1475, na cidade de Zamora, foi confirmado ao conde de Penela o cargo de governador da justiça na comarca e correição da Estremadura, e D. Afonso V pediu que o respeitassem e lhe obedecessem³¹. No ano de 1476 pertenceu ao Conselho de D. Afonso V e esteve presente nas cortes de Lisboa como seu procurador. Em 2 de Junho, o monarca privilegiou-o na cidade de Lisboa, de forma a que pudesse doar à sua morte todos os direitos e jurisdições ao seu filho varão³². Ainda nesse ano de 1476, no dia 30 de Outubro, D. Afonso V privilegiou vitaliciamente o conde de Penela, anunciando aos regedores e ouvidores da justiça régia das comarcas de Trás-os-Montes e da Beira que a partir daquela data não mais entrassem nas suas terras para fazer correição³³. Foi regedor da justiça em 1479 e faleceu em 1 de Novembro de 1480³⁴, deixando como descendente directo D. João de Vasconcelos e Meneses. No que diz respeito às relações familiares o 1.º conde de Penela era sobrinho do rei D. Afonso V, bisneto do Infante D. João, filho de D. Pedro I. Por ter casado com D. Isabel Silva, filha de D. Lopo de Almeida, o conde tornou-se cunhado do 2.º conde de Abrantes e de D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da Índia. Por via da mãe, D. Isabel Coutinho, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses tornou-se sobrinho do 2.º conde de Vila Real e do 1.º conde de Viana e primo co-irmão dos filhos destes.

2.º Conde de Penela, um nobre alheado da expansão guerreira

D. João de Vasconcelos e Meneses, o 2.º conde de Penela, foi casado com D. Maria Sousa Ataíde, filha de D. João Sousa, capitão dos Ginetes do Infante D. Fernando, pai de D. Manuel. Por parte de sua mãe, D. Isabel Silva, filha de Lopo de Almeida, o 2.º conde de Penela era sobrinho do 2.º conde de Abrantes e primo co-irmão do 3.º. Era sobrinho de D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da Índia. Por via do pai, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, o 2.º conde era sobrinho-neto dos tios do pai, e primo, como sobrinho, de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, de D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Loulé e de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca. Era também primo do 1.º conde de Alcoutim e 2.º marquês de Vila Real, do 1.º conde de Linhares, da mulher de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva, e primo do

²⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 151, doc. n.º 4.

³⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 118, doc. n.º 1.

³¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 11, doc. n.º 4.

³² Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 45v-46, doc. n.º 1.

³³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 73, fl. 113v, doc. n.º 1.

³⁴ Jaz no Convento de Santo Agostinho de Santarém.

5.º governador da Índia, D. Duarte de Meneses. Estava portanto ligado às casas que tinham a capitania de Ceuta (Vila Real e Alcoutim) e à casa que tinha a capitania de Tânger (Tarouca).

Não foram encontradas quaisquer informações anteriores à data de 1481 e especificamente relativas à participação deste nobre na conquista de Arzila em 1471, ocupação de Tânger em 1475 ou Batalha de Toro em 1476, onde seu pai esforçadamente combateu. Duas questões nos surgem com a ausência de dados. Teria este nobre idade suficiente para acompanhar seu pai nestas lides guerreiras? Ou os seus pólos de interesse seriam diferentes dos traçados pelos monarcas, visto que não lhe encontramos ações ligadas à expansão guerreira quer em Marrocos, quer no Índico? No entanto, saliente-se o facto deste nobre ter como tio o 1.º vice-rei da Índia e os seus primos Meneses andarem permanentemente em Marrocos.

D. João de Vasconcelos e Meneses recebeu de D. Afonso V o título de 2.º conde de Penela, em 16 de Abril de 1481³⁵, tal como tinha tido seu pai e que falecera no ano anterior. Houve portanto uma herança imediata do título.

Nesse mesmo ano de 1481 D. Afonso V faleceu e durante o reinado de D. João II pouco se sabe das actividades do 2.º conde. Foi vedor da fazenda de D. João II, cargo de máxima responsabilidade no estado, e acompanhou-o nos últimos momentos em Alvor no ano de 1495³⁶. Na «(...) casa onde el Rey faleceo erão presentes estas pessoas, o Bispo de Coimbra com a cruz nas mãos, o Bispo de Tangere com o vulto de nosso Senhor, o Bispo do Algarve com a agoa benta, e Diogo Fernandes Cabral, todos rezando com elle verso por verso, e o Conde de Penella que lhe teve a candeia na mão (...)»³⁷, acompanhando depois o corpo do monarca até à Sé de Silves. D. Manuel I logo confirmou a seu primo o assentamento e a honra de conde a partir de 1 de Janeiro de 1496, e agraciou-o também com a quantia de 200.000 reais todos os anos, tal como tivera o conde seu pai³⁸. Em 21 de Junho do mesmo ano, o rei mandou participar a todos os corregedores e outros oficiais do reino que D. João de Vasconcelos e Meneses tinha recebido um privilégio que isentava o seu pessoal doméstico e rural (caseiros, mordomos, amos e lavradores) de servirem na guerra, ressaltando, no entanto, o próprio conde que tinha essa obrigação³⁹.

O título de 2.º conde foi-lhe confirmado em Évora, por D. Manuel I, em 1497⁴⁰ e, em 7 de Dezembro, foi-lhe concedida a graça e mercê para que este

³⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 73, doc. n.º 2.

³⁶ Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. 213, p. 285.

³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 286.

³⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 32, doc. n.º 147.

³⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 111, doc. n.º 479.

⁴⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 92v, doc. n.º 425.

pudesse ter na ilha da Madeira e nos lugares de além-mar os mesmos direitos que usufruía no reino⁴¹. Em 1498 foi-lhe confirmado Enxara dos cavaleiros e aldeia de Ulmarinho que foi então elevada a vila⁴², e, dois anos depois, em 24 de Dezembro, na cidade de Lisboa, foi atribuído a D. João de Vasconcelos e Meneses uma tença anual de 100.000 reais brancos, tendo em consideração os serviços por ele prestados e que teria efeito a partir de 1 de Janeiro de 1501⁴³. Recebeu a confirmação, em 25 de Maio de 1501, do privilégio de poder usufruir dos câmbios do reino com todas as liberdades, direitos e privilégios, tal como tinha possuído seu pai⁴⁴. Na cidade de Lisboa, no primeiro de Março do ano de 1502, D. Manuel I concedeu a D. João de Vasconcelos e Meneses, conde de Penela, a dízima anual do pescado da Ericeira avaliada em 9.200 reais, com início do pagamento a partir do princípio do ano de 1502, até lhe serem pagos 38.000 reais, parte do pagamento de 180.000 reais, valor equivalente a 1500 coroas, de uma compra que o beneficiário fez com o consentimento do monarca a D. Maria de Castro, mulher de Fernão de Melo, funcionário da casa real⁴⁵. Sabe-se que o 2.º conde participou nos negócios da pimenta da carreira da Índia. Há informação de ter investido na armada de 1508 a quantia de 230.100 réis⁴⁶ e na armada de 1509 a quantia de 390.000 réis⁴⁷. Em 12 de Janeiro de 1511 o rei deu-lhe os direitos reais do Bulhão, na cidade do Porto⁴⁸.

De todas estas doações e de outras, a renda deste titular, nos finais da década de 1520, era de 1.600.000 reais, encontrando-se acima deste os condes de Portalegre, Vimioso, Monsanto e Redondo com cerca de 2.000.000 reais, o conde de Tentúgal com 3.200.000 reais, o conde de Marialva e de Loulé com 4.800.000 reais, o marquês de Vila Real com 6.000.000 reais, o duque de Coimbra com 10.963.768 reais e o duque de Bragança com 16.000.000 reais anuais⁴⁹.

A 13 de Dezembro de 1521, o 2.º conde de Penela esteve presente na morte do rei, despedindo-se juntamente com outros grandes nobres do reino de D. Manuel I⁵⁰. Em seguida assistiu à cerimónia de posse do rei D. João III,

⁴¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 68v-69, doc. n.º 246.

⁴² Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII - 1.ª parte, Coimbra, Atlanta Editora, 1953, p. 59.

⁴³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 42, doc. n.º 172.

⁴⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 42v-43, doc. n.º 177.

⁴⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 314v, doc. n.º 54.

⁴⁶ Cf. António Alberto Banha de Andrade, *História de um Fidalgo Quinhentista Português - Tristão da Cunha*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974, p. 215.

⁴⁷ Cf. *Ibid.*, p. 217.

⁴⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 31, doc. n.º 129.

⁴⁹ Cf. João José Alves Dias (coord.), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, Ed. Presença 1998, p. 319.

⁵⁰ Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Lisboa, vol. II, Ed. Livraria Sá da Costa, Col. «Clássicos Sá da Costa», 1938, p. 28.

que o elegeu como vedor da fazenda⁵¹. Em 20 de Abril de 1528 recebeu por doação vitalícia, como recompensa por serviços prestados, a capitania da ilha do Fogo⁵² que havia vagado para a coroa com a morte do último capitão, Fernão Gomes⁵³. A 9 de Setembro do mesmo ano recebeu a capitania-mor⁵⁴. O conde de Penela recebeu também os montados e terras maninhas, por diploma de 24 de Maio, e recebeu as rendas, tributos e pertenças, anteriormente na posse do rei, ficando assim isento do pagamento do quarto e da vintena relativamente à exploração exercida na ilha⁵⁵. Em contrapartida, houve algumas condições a serem satisfeitas. Foram elas: «(...) a indivisibilidade do património e a obrigatoriedade do pagamento da dízima ao rei (...). Como atribuições, determinava-se a detenção da jurisdição civil e crime como mero e misto império e de todos os direitos, foros e tributos devidos ao monarca, bem como de todas as liberdades e privilégios usufruídos pelos capitães de Santiago»⁵⁶. Estas condições foram sucessivamente confirmadas com a atribuição da capitania do Fogo aos descendentes do 2.º conde. Dois anos depois, em 1530, recebeu umas terras no Rio do Ouro em São Tomé e outras terras semelhantes⁵⁷. Em 1539 «(...) tinha de moradia de Cavaleiro do Conselho por mez oito mil réis»⁵⁸. O 2.º conde de Penela faleceu no ano de 1544⁵⁹.

D. Fernando de Vasconcelos, o Bispo de Lamego

D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, irmão do 2.º conde de Penela, foi Bispo de Lamego, Arcebispo de Lisboa e recebeu, em 1 de Setembro de 1516, a mercê de se tornar capelão-mor do rei D. Manuel em substituição do Bispo da Guarda que havia falecido⁶⁰. Aquando da morte do monarca, em 1521, D. Fernando iniciou a cerimónia e realizou algumas orações pertencentes à solenidade⁶¹. Anos mais tarde, nos formulários de carta estipulados por

⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 41.

⁵² Cf. *Ibid.*, pp. 45-46.

⁵³ A propriedade da ilha do Fogo tinha estado repartida entre Fernão Gomes e Martim Mendes, ambos detentores do rendimento das terras maninhas e montados. Cf. Luís de Albuquerque (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, p. 54.

⁵⁴ Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Lisboa, vol. II, Ed. Livraria Sá da Costa, Col. «Clássicos Sá da Costa», 1938, p. 46.

⁵⁵ Cf. *Ibid.*, pp. 52 e 54.

⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 54.

⁵⁷ Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII - 1.ª parte, Coimbra, Atlanta Editora, 1953, p. 60.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 59.

⁵⁹ Cf. Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasminis Rodrigues, «Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2.ª Dinastia», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 22: Janeiro-Abril, Ed. Livraria Sá da Costa, 1988, p. 109.

⁶⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 118v, doc. n.º 478.

⁶¹ Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, vol. I, Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa, Col. «Clássicos Sá da Costa», 1938, p. 28.

D. João III, este senhor recebeu as honras de «Muito Reverendo Bispo primo»⁶², salientando-se que este grau de parentesco era já de quinta geração. Foi igualmente capelão-mor de D. João III e de D. Sebastião. Este nobre era uma eminente personalidade na corte⁶³ que assistiu aos conselhos que entregaram a regência do reino a D. Catarina e a tutoria de D. Sebastião em 1557. Faleceu em 1564. O Bispo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses teve um filho, D. Luís Fernandes de Vasconcelos⁶⁴, que andou pela Índia, e em 1557 foi capitão da Bahia. Em 1570 faleceu a pelejar contra corsários franceses⁶⁵.

D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, Senhor de Penela

O filho do 2.º conde de Penela, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, não teve qualquer actividade notória ou conhecida durante o reinado de D. Manuel I, apesar da crescente importância do oceano Índico e de Marrocos no projecto manuelino. É de salientar que das primeiras duas cartas assinadas logo em 24 de Dezembro de 1521 uma destinou-se a D. Afonso, que recebeu de D. João III o cargo de capitão dos ginetes, cargo este que lhe foi atribuído pelo sogro Lopo Soares de Albergaria como dote, e que renunciou com autorização de D. Manuel por D. Afonso ter casado com sua filha, D. Guiomar Soares. No entanto, é de realçar a não concretização desta oferta antes da morte de D. Manuel I e da atribuição do cargo logo após a subida de D. João III ao trono, que «mandou fazer e assinou duas cartas: ua a D. Afonso de Vasconcelos, filho mais velho do conde de Penela, do cargo de capitão dos ginetes»⁶⁶. Em 30 de Setembro de 1527 ocupou o cargo de vedor da fazenda e em 1557 participou no conselho de D. João III⁶⁷. O título de conde não foi renovado, mantendo-se a casa sem título até 1648, data em que, por via de matrimónio, foi incorporada na família dos viscondes de Vila Nova de Cerveira⁶⁸.

⁶² Cf. *Ibid.*, p. 42.

⁶³ Cf. José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. III, s.l., Ed. Círculo de Leitores, p. 18.

⁶⁴ Cf. Academia Portuguesa da História, *Livro de Linhagens do Século XVI*, Academia Portuguesa da História, 1956, p. 242.

⁶⁵ Ao que tudo indica, pela ausência de qualquer documento na *Chancelaria de D. Manuel I - Legitimações e Perdões - D. Luís Fernandes de Vasconcelos não foi reconhecido pelo pai.*

⁶⁶ Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, vol. I, capítulo V, Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa, Col. «Clássicos Sá da Costa», 1938, p. 40.

⁶⁷ Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII - 1.ª parte, Coimbra, Atlanta Editora, 1953, p. 63.

⁶⁸ Cf. Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasminis Rodrigues, «Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2.ª Dinastia», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 22: Janeiro-Abril, Ed. Livraria Sá da Costa, 1988, p. 109.

A casa Vasconcelos

A casa Vasconcelos foi uma família pertencente à nobreza titular do reino de sangue real. A família reiterou durante anos uma política de bons casamentos, anexando várias casas. No entanto, mais tarde, também ela caiu em famílias tituladas, dando origem a outras castas, como foi o caso dos Vasconcelos do morgado do Esporão e dos Vasconcelos do condado de Figueiró. É notória a tentativa de conservar o estatuto familiar pela política de casamentos, mas também pela posse de importantes ofícios palatinos e burocráticos e cargos militares e religiosos. Esta família, pela sua proximidade ao monarca, não só pelo sangue, mas também pela sua qualidade de nobres, teve claramente uma posição social confortável, conseguindo distinguir-se e receber recompensas.

Na análise individual do percurso dos condes podemos concluir que o interesse do 1.º conde de Penela foi o de desempenhar a sua função de «belator» para manutenção e engrandecimento do seu estatuto, daí a sua viragem para o Norte de África. No caso do 2.º conde, é de notar que as informações relativas às suas actividades guerreiras não existem ou não foram encontradas. É de salientar igualmente que há como que um hiato no reinado de D. João II relativamente a este nobre, apesar da sua importância social e proximidade ao rei. No que diz respeito ao reinado de D. Manuel I, a consulta de inúmeras obras relativas ao oceano Índico revelou-nos uma única informação com referência à participação da cepa principal dos Vasconcelos no comércio da pimenta nesse oceano. Encontram-se alguns Vasconcelos nas fontes da época no oceano Índico, mas não pertencem à linhagem de Penela, sendo mesmo referidos como «um Vasconcelos». A não existência de Vasconcelos do condado de Penela no Índico, mesmo quando a maioria dos membros das famílias a que se uniram desempenhavam altos cargos por lá, pode ser revelador de que esta aristocracia, e no caso particular de D. João de Vasconcelos e Meneses, poderia não estar de acordo com a ideia imperialista de D. Manuel I, afastando-se pois da sua execução. Mas aquilo que podemos concluir na realidade é que, pela não existência de qualquer informação nas várias obras consultadas, o 2.º conde ou tentou não manifestar a sua posição perante tal política real, ou adoptou uma posição de alheamento total, relativamente à expansão militar e guerreira, algo que não se verificou com o comércio, uma vez que D. João de Vasconcelos e Meneses em 1497 recebeu de D. Manuel I a mercê de usufruir os direitos que possuía no reino na ilha da Madeira ou em qualquer outro lugar de além-mar, investiu dinheiro nas armadas de 1508 e 1509 para poder usufruir dos negócios da pimenta e depois recebeu de D. João III a capitania da ilha do Fogo em 1528 e terras no Rio do Ouro em 1530. Aparentemente os interesses deste 2.º conde estiveram ligados ao comércio, à posse e exploração das ilhas no oceano Atlântico e não à política expansionista militar e guerreira do Índico e de Marrocos.

D. GONÇALO MENDES DE VASCONCELOS				
Data de nascimento desconhecida				
ATRIBUIÇÃO	FEITO / ACÇÃO	DATA	REINADO	FONTE
Vila de Penela		Século XIV	D. Fernando	A.N./T.T., Chanc. D. Fernando, Liv. 2, fl. 30
Alcaldaria-mor de Coimbra		28 Abril 1378	D. Fernando	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XIII – 3.ª parte, p. 2.
Terras de Cantanhede de juro e herdade				Ibid.
Vila de Alvarenga				Ibid.
Terra de Soalhães				A.N./T.T., Chanc. D. Duarte, Vol. I, doc. 273, p.122
Faleceu em 1407				

D. JOÃO MENDES DE VASCONCELOS				
Data de nascimento desconhecida				
ATRIBUIÇÃO	FEITO / ACÇÃO	DATA	REINADO	FONTE
Concelho de Aregos (administrador do morgado)			D. Fernando	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII – 1.ª parte, p. 6.
Concelho de Soalhães (administrador do morgado)			D. Fernando	Ibid.
Rendas de Évora-Monte			D. Fernando	Ibid.
Alcaldaria-mor de Miranda			D. Fernando	Ibid.
Alcaldaria-mor de Estremoz			D. Fernando	Ibid.
	Foi a Castela		D. João I	Ibid., p. 7
	Tomada de Ceuta	1415	D. João I	Ibid.
Data da morte desconhecida				

D. FERNANDO DE VASCONCELOS				
Data de nascimento desconhecida				
ATRIBUIÇÃO	FEITO / ACÇÃO	DATA	REINADO	FONTE
Morgado de Soalhães		1438	D. Duarte	A.N./T.T., Chanc. D. Duarte, vol. I, doc. 273, pág 123
Faleceu em 1441				

D. AFONSO DE VASCONCELOS E MENESES				
Nasceu em 1441				
ATRIBUIÇÃO	FEITO / ACÇÃO	DATA	REINADO	FONTE
Senhor de Mafra				SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 12
Senhor de Enxara dos Cavaleiros				Ibid.
Senhor de Aregos				Ibid.
Senhor de Soalhões				Ibid.
Confirmação de Soalhões		23 Outubro 1450	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 3, fl. 77v-78, doc. N.º 2
Tença anual de 200 000 reais brancos			D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 9, fl. 17v, doc. N.º 4 (sem data)
Confirmação de governador da Justiça na comarca e correição da Estremadura			D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 9, fl. 11, doc. N.º 1 (sem data)
	Fronteiro de D. Duarte de Menezes em Marrocos		D. Afonso V	ZURARA, <i>Crónica do Conde D. Duarte de Menezes</i> , 1978, capítulo LXXVI, p. 205
	Acompanhou D. Duarte de Menezes a Arzila	1459	D. Afonso V	Ibid., pp. 234 e 247
	Acompanhou D. Fernando, Marquês de Vila Viçosa de Alcácer a Tânger	1461	D. Afonso V	<i>Chronica do Senhor Rey D. Afonso V</i> , capítulo CXLV, p. 794
	Foi com um navio a Tânger	1463	D. Afonso V	<i>Ibid.</i> , capítulo CXLVIII, p. 798
	Foi à Terra de Benacofú	1464	D. Afonso V	<i>Ibid.</i> , capítulo CLVI, p. 811 e ZURARA, <i>Crónica do Conde D. Duarte de Menezes</i> , capítulo CLIV, p. 350.
Doação de direitos na Vila de Penela		5 Dezembro 1465	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 8, fl. 9v, doc. N.º 1
Coutagem de herdade no termo da Vila de Elvas		10 Abril 1468	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 31, fl. 5-5v, doc. N.º 6
	Conquista de Arzila	1471	D. Afonso V	
	Ocupação de Tânger	1471	D. Afonso V	
Conde de Penela		24 Outubro 1471	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 3, Mistic., fl. 4 e <i>Chronica do Senhor Rey D. Afonso V</i> , capítulo CLXIX, p. 826
Licença para vender capela da judiaria de Lisboa		29 Março 1475	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 30, fl. 151, doc. N.º 4
Confirmação do cargo de governador da justiça régia da Estremadura		21 Agosto 1475	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 30, fl. 118, doc. N.º 1
Confirmação do cargo de governador da justiça na comarca e correição da Estremadura		5 Novembro 1475	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 9, fl. 11, doc. N.º 4

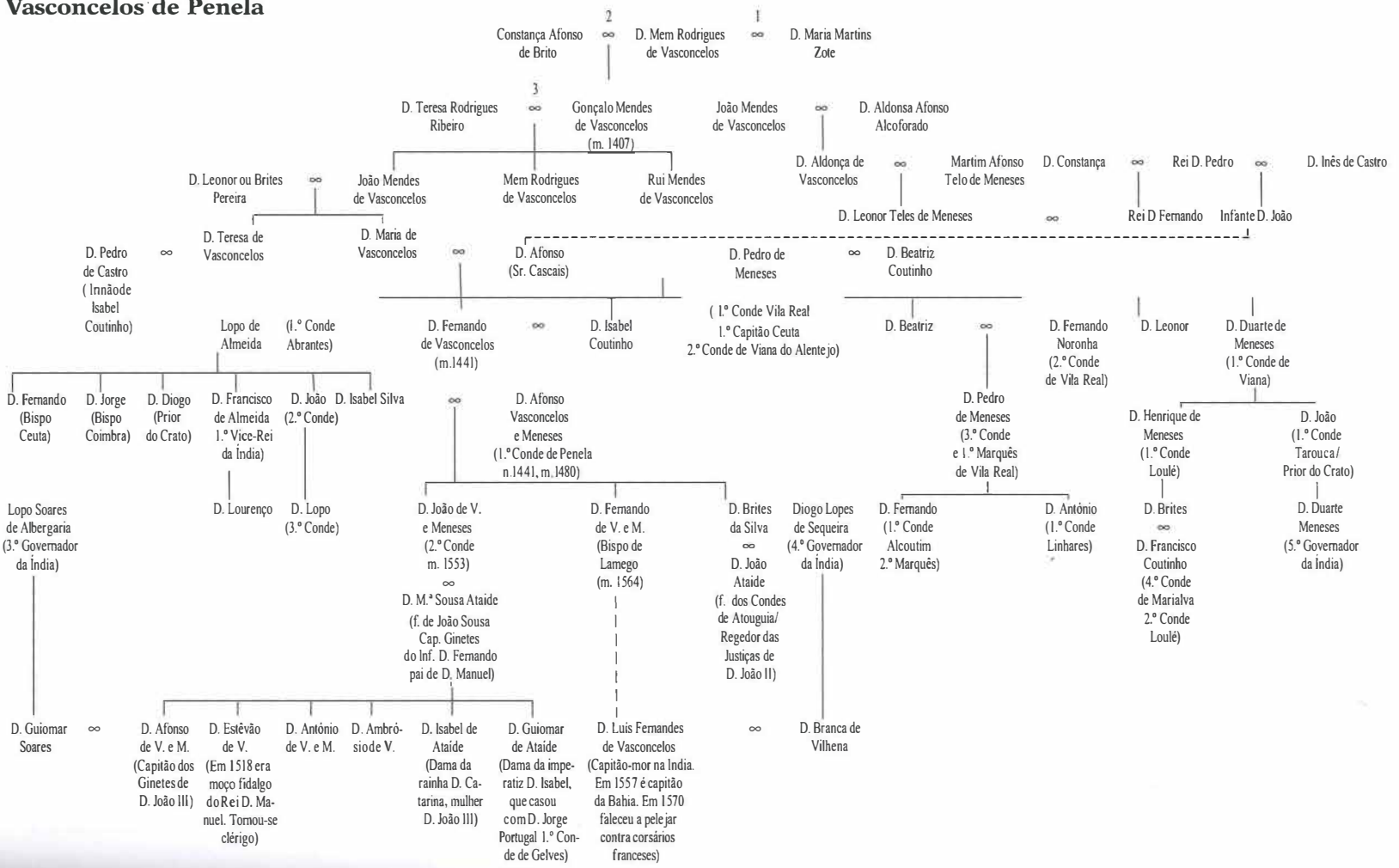
	Foi a Castela nas alas de batalha do rei	1475	D. Afonso V	<i>Chronica do Senhor Rey D. Afonso V</i> , capítulo CLXXVII, p. 832
	Batalha de Toro	1476	D. Afonso V	
	Fez parte do conselho de D. Afonso V	1476	D. Afonso V	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 12
	Presente nas cortes de Lisboa como procurador do rei		D. Afonso V	Ibid.
	Privilégio de doar à sua morte os direitos e jurisdições ao seu varão	2 Junho 1476	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 6, fl. 45v-46, doc. N.º 1
	Privilégio vitalício para que regedores e ouvidores das comarcas de Trás-os-Montes e Beira não entrassem nas suas terras para fazer correição	30 Outubro 1476	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 73, fl. 113v, doc. N.º 1
	Regedor da justiça (casa do cível)	1479	D. Afonso V	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 12
Faleceu a 1 de Novembro de 1480				

D. JOÃO DE VASCONCELOS E MENESES				
Data de nascimento desconhecida				
ATRIBUIÇÃO	FEITO / ACÇÃO	DATA	REINADO	FONTE
Título de 2.º Conde de Penela		16 Abril 1481	D. Afonso V	A.N./T.T., Chanc. D. Afonso V, Liv. 26, fl. 73, doc. N.º 2
Senhor de Mafra				SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 59
Senhor de Enxara dos Cavaleiros				Ibid.
Senhor de Aregos				Ibid.
Senhor de Soalhões			D. João II	Ibid.
Vedor da fazenda			D. João II	RESENDE, <i>Crónica de D. João II</i> , cap. 213, p. 285
	Presente no últimos momentos de D. João II	1495	D. João II	
Assentamento e honra de Conde		1 Janeiro 1496	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 26, fl. 32, doc. N.º 147
Mercê de 200 000 reais anuais				Ibid.
Isenção do pessoal doméstico e rural de servirem na guerra		21 Junho 1496	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 30, fl. 111, doc. N.º 479
Confirmação do título de Conde de Penela		1497	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 28, fl. 92 v, doc. N.º 425
Mercê para ter na Ilha da Madeira e nos lugares de além-mar os mesmos direitos que possuía no reino		7 Dezembro 1497	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 31, fl. 68v-69, doc. N.º 246
Confirmação de Enxara dos Cavaleiros e aldeia de Ulmarinho		1498	D. Manuel I	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 59
Tença anual de 100 000 reais brancos		24 Dezembro 1500	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 37, fl. 42, doc. N.º 172
Confirmação do privilégio de usufruir dos câmbios do reino com todas as liberdades, direitos e privilégios		25 Maio 1501	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 37, fl. 42v-43, doc. N.º 177
Dizima anual do pescado da Ericeira (9 200 reais)		1 Março 1502	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 4, fl. 314v, doc. N.º 54
	Investimento nos negócios da pimenta da carreira da Índia	1507	D. Manuel I	Andrade, <i>Hist. Fidalgo Quinhentista Port. - Tristão da Cunha</i> , p. 215
	Investimento nos negócios da pimenta da carreira da Índia	1509	D. Manuel I	Ibid., p. 217
Mercê dos direitos reais do Bulhão no Porto		12 Janeiro 1511	D. Manuel I	A.N./T.T., Chanc. D. Manuel I, Liv. 8, fl. 31, doc. N.º 129
	Presente na morte do rei D. Manuel I	1521	D. Manuel I	SOUSA, <i>Anais de D. João III</i> , 2 vol., p. 28
	Presente na cerimónia de posse de D. João III	1521	D. João III	Ibid., p. 34

Vedor da fazenda			D. João III	Ibid., p. 41
Doação vitalícia da capitania da Ilha do Fogo		20 Abril 1528	D. João III	Ibid., p. 45-46
Recebeu montados e terras maninhas na Ilha do Fogo		24 Maio 1528	D. João III	ALBUQUERQUE (coord.), <i>História Geral de Cabo Verde</i> , vol. I, p. 54.
Doação da capitania-mor da Ilha do Fogo		9 Setembro 1528	D. João III	Ibid., p. 46
Terras no rio do Ouro em São Tomé e outras terras semelhantes		1530	D. João III	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 60.
8 000 reis por mês por ter moradia de cavaleiro do conselho		1539	D. João III	Ibid., p. 59.
Faleceu em 1544				

D. AFONSO DE VASCONCELOS E MENESES				
Data de nascimento desconhecida				
ATRIBUIÇÃO	FEITO / ACÇÃO	DATA	REINADO	FONTE
Senhor de Penela				SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 63
Senhor de Mafra				Ibid.
Senhor de Enxara dos Cavaleiros				Ibid.
Senhor de Soalhões				Ibid.
Senhor da Ilha do Fogo				Ibid.
Capitão dos Ginetes		24 Dezembro 1521	D. João III	SOUSA, <i>Anais de D. João III</i> , Vol. I, capítulo V, p. 40
Vedor da fazenda		30 Setembro 1527	D. João III	SOUSA, <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , Tomo XII - 1.ª parte, p. 63
	Participou no conselho de D. João III	1557	D. João III	Ibid.
Data de morte desconhecida				

Vasconcelos de Penela



Relação familiar dos Condes de Penela com a Casa Real

